

“Povo”, “popular”, “people(’s)” : efeitos de minoração e facilitação de leitura em enciclopédias ditas populares

“People”, “popular”, “(do) povo”: minorizing and reading easing effects on the so-called popular encyclopaedias

Phellipe Marcel da Silva Esteves¹
Universidade Federal Fluminense
phellipemarcel@id.uff.br

Jessica Siqueira Alvarenga²
Universidade Federal Fluminense
jessica.siqueira.alvarenga@hotmail.com

Resumo: Neste artigo, nos debruçaremos sobre os efeitos de sentido dos significantes “povo” e “people” (além de outros em remissão a eles), em enciclopédias, quando em interação com alguns adjetivos, com a finalidade de analisar como a ideologia os vai trabalhando e constituindo sentidos evidentes para eles em instrumentos que referendam – ou podem referendar – as ideologias dominantes. Nosso objetivo, portanto, se insere numa tradição de trabalhos que analisam como se constituem, se formulam e circulam os sentidos do significante (e da categoria) “povo” (como Orlandi, 2003; Lima, 1990), visto que muito ainda há a ser produzido sobre a temática no entrecruzamento dos estudos de linguagem e de outras áreas. Buscando compreender o que significa “povo” quando se autointitula “popular”, elegemos como material de análise duas enciclopédias escritas em línguas diferentes, mas publicadas na mesma década: a *Chambers’s Encyclopaedia: a Dictionary of Universal Knowledge for the People*, volume I, edição de 1871, e a *Encyclopedia popular*, de 1879. Como aparato teórico, trabalharemos com a análise do discurso fundada por Michel Pêcheux, sobretudo com categorias como arquivo e imaginário. Ainda evocaremos as definições dos verbetes “povo”, do *Dicionário Aurélio*, e “people”, do *Cambridge Dictionary Online*. Por fim, verificamos que o discurso sobre o “povo”, sobre o “popular”, so-

¹ Docente do Departamento de Ciências da Linguagem da Universidade Federal Fluminense.

² Pós-graduanda Lato Sensu em Literatura infantojuvenil na Universidade Federal Fluminense. Graduada em Letras Inglês e Literaturas de Língua inglesa (Bacharelado e Licenciatura Plena) na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

bre aquilo que a enciclopédia *Chamber's* chama da “common people”, opera como uma mesma regularidade de sentidos, como uma espécie de paráfrase que divide os Estados em classes sociais que acabam sendo associadas não apenas ao poderio de capital, mas às capacidades intelectuais.

Palavras-chave: enciclopédias populares; povo; análise do discurso.

Abstract: In this article, we make efforts to investigate the meaning effects of the signifiers “povo” and “people” (among others related to them) present in encyclopaedias and in interaction with some adjectives. Our aim is to analyse how ideology works on them, constituting evident effects over them in instruments that validate—or may do so—dominant ideologies. Thus, we keep on a tradition of works that analyse how the meanings of the significant (and category) “people” (e. g. Orlandi, 2003; Lima, 1990) constitute themselves, formulate themselves and also circulate, since we understand there’s still so much to produce about it on the intersection of language studies and other areas. Trying to comprehend what “povo” means when an encyclopaedia calls itself “popular”, we chose as corpus two encyclopaedias written in different languages, though published at the same decade: 1871’s *Chamber’s Encyclopaedia: a Dictionary of Universal Knowledge for the People*, volume I, and 1879’s *Encyclopedia popular*. Pêcheux’s Discourse Analysis is our theoretical framework, namely, the notions of archive and imaginary. Still, we refer to the definitions of “povo” on *Dicionário Aurélio* and “people” on *Cambridge Dictionary Online*. Finally, we verify that the discourse about the “povo”/ “popular”, about what *Chamber’s Encyclopaedia* call “common people”, operates as a single meaning regularity, as a kind of paraphrasis that divides States in social classes that end up being associated not only to capital power, but also to intellectual capacities.

Keywords: popular encyclopaedias; people; discourse analysis.

Um (ou mais) povo(s) nas enciclopédias³

A questão de povo (popular, comum etc.) é permanente e funciona sistematicamente. (Orlandi, 2003)

Povo, palavra de impacto materializada diariamente nos mais diversos discursos, suportes, meios. Em diversos dizeres, *povo* é elemento central. Ao ouvir “povo”, podemos estar diante de um discurso nacionalista e/ou de um discurso que empreende um recorte de classes sociais, uma divisão de estratos. Ao mesmo tempo, no sistema republicano, instaura-se a ilusão de que tudo é feito e construído considerando o povo e/ou para satisfazê-lo: é a própria imagem de *república*

³ Este artigo resulta do projeto PIBIC-CNPQ intitulado História Discursiva dos Livros: enciclopédias populares. Ele se enquadra em outros dois projetos: um sob coordenação de Décio Rocha (UERJ), intitulado Disciplinarização da linguística no estado do Rio de Janeiro: uma perspectiva multidisciplinar das percepções sobre língua; outro coordenado por Vanise Medeiros (UFF), chamado Arquivos de língua: intervenções e polêmicas. Ambos os projetos são financiados pela FAPERJ.

como *coisa pública*. Isso nos leva a alguns questionamentos simples e abrangentes, mas que nor-tearão este trabalho: que povo é esse? Que povos são esses? Trata-se de um único efeito de sentido para esse significante?

Já nos adiantando em uma possível resposta, “povo” é um significante que tem significado mais do que apenas um conjunto de indivíduos. Muitas vezes “povo” estabelece relação direta com alguma camada social, com o comum, o *popular*. Como abordado por Orlandi (2003, p. 27), é uma questão permanente e que funciona sistematicamente. Afirmo a autora:

Lugar imaginário em que se projeta significativamente a forma da sociedade, a palavra “povo” — presente ou ausente — é, para mim, projeção, a possibilidade mesma da história. Isso se tomada discursivamente em seu sentido face ao real histórico (e simbólico). Com isso, saímos do seu aprisionamento na formação discursiva capitalista, atravessando seu efeito e observando-o na possibilidade de outras formações.

A noção de povo faz relação com o político-histórico-social em prática nos espaços urbanos e rurais, e também estabelece os sentidos do espaço nacional. Notamos isso através de relatos cotidianos, como em propagandas políticas transmitidas pela TV ou em rádio, abertas em época de campanha eleitoral. As promessas/plataformas de governo quase invariavelmente – da esquerda à direita – significam uma melhoria na qualidade da saúde e da educação *para o povo*. Fala-se desse popular, desse comum, como a maior camada da sociedade: a cada dois anos, nas eleições ao executivo e ao legislativo, talvez esse seja um dos signifi-cantes mais evocados. Entretanto, sobre esse público-alvo (talvez mais *alvo privado* do que *público-alvo*) imaginário da política eleitoral/eleitoreira são produzidos sentidos que escapam.

Para respondermos às perguntas anteriores, verificando como se constituem os sentidos sobre “povo”, nos basearemos num arquivo formado por esse significante de forma muito parecida com a que Lima (1990) escolhe para analisar os discursos de Vargas. Observamos o termo como um princípio de tentativa de significação do real sócio-histórico, uma vez que dele acabam por derivar justificativas para formação de Estados nacionais, para políticas públicas, para a fundação ou a refundação de Repú-blica(s). Explicando a escolha de seu recorte de pesquisa, Lima (1990, p. 122) afirma:

[...] o discurso *sobre* “o povo” não passa sempre *pele* termo “povo”; por deslocamento de signifi-cante, outros termos ou sintagmas podem ser investidos desta função. Encontraremos, aliás, nos próprios discursos de Vargas, enunciados onde ele designa “os trabalhadores” ou “os operários” como uma “parte do povo” [...] é contudo “ao povo” que Vargas dirigirá sua última carta em agosto de 1954, a este povo que ele tinha “criado”, e que fez *existir nele mesmo*.

Para Lima, o significante “povo” estabelece um vínculo inegável com o discurso político, so-bretudo com o discurso populista, e desempenha papel central no endereçamento dos discursos de Vargas... até mesmo em sua carta de suicídio (ainda que a autora deixe claro que nem todo discurso po-pulista marca linguisticamente o substantivo “povo”, e que a ocorrência do significante nos discursos de 1º de maio de Vargas não é alta como se poderia imaginar). Diz-se, assim, de um povo no discurso político, mas o discurso sobre o povo não é exclusividade daquilo que é dito no político. Em outras palavras, e retomando a autora, para que analisemos como *povo* significa, é necessário que recorramos

a outros significantes, termos e sintagmas que estão em correlação com *povo*, mas não só isso: também precisamos ir para além do discurso político, buscando outros discursos que trabalhem também na formulação dos sentidos de *povo*.

Deslocando-nos, assim, do discurso político mais institucionalmente marcado, e indo em direção a um discurso fabricado em instrumentos linguísticos de metassaberes, como enciclopédias, somos capazes de averiguar o modo como o discurso sobre o “povo” funciona fora, antes, aquém (e além) do discurso presidencial. Outros modos de significar “povo”, ainda que também dominantes, visto que as enciclopédias referendam, como instrumentos linguísticos de metassaberes, os saberes em circulação numa dada formação social. A propósito da noção de instrumento linguístico de metassaberes:

Baseamo-nos nessa terminologia proposta em Auroux (op. cit.) para diferenciarmos os funcionamentos e os efeitos (tão próximos quanto distantes) de gramáticas, dicionários e enciclopédias. Enquanto os dois primeiros atuam produzindo, também conforme termo de Auroux, “saber metalinguístico”, nas enciclopédias [e também outros instrumentos, como almanaques, manuais, calendários, livros de culinária] se produzem, de acordo com nossa proposta, *metassaberes*, numa ilusão de apreensão, divulgação e ensino dos conhecimentos de diversas regiões do saber” (Esteves, 2017, p. 62; grifo do autor).

As enciclopédias, vistas como instrumentos linguísticos de metassaberes, funcionam regularmente como uma vitrine dos saberes de referência: daí propormos também uma ressignificação do sintagma “obras de referência”, em que se enquadram as enciclopédias. A nosso ver, elas são esse tipo de obra, de modo geral, por referirem os sentidos dominantes, mas também por servirem de referência para quem procura *qualquer* saber. Além desse recorte, que vai do discurso político para um discurso instrumentalizado que registra sentidos dominantes, precisamos neste artigo também definir outras delimitações. Há, no século XIX, no sistema editorial brasileiro, uma série de publicações que são adjetivadas como “populares”. A *Encyclopedia popular* (Veiga, 1879), organizada por assuntos, é uma delas, e talvez seja uma das primeiras enciclopédias brasileiras de divulgação científica. Desejando um (contra)ponto não brasileiro – e não lusófono –, buscamos uma outra enciclopédia que se dissesse popular – ou algo parecido – em outra língua. Encontramos a escocesa *Chambers’s Encyclopaedia: a Dictionary of Universal Knowledge for the People* (Chambers, 1871): trata-se de uma enciclopédia organizada em ordem alfabética e que se alinha à tradição da *Cyclopaedia* de Ephraim Chambers de 1728 – que, por sua vez, serviu de inspiração à *Encyclopédie* de Diderot e D’Alembert. Não sendo nosso interesse, neste artigo, fazer uma história das enciclopédias, mas procurando mostrar o modo como enciclopédias que se propõem *populares / for the people* constituem imagens sobre o *povo* (ao qual dedicam sua textualidade desde seus títulos), nos restringimos ao primeiro volume da enciclopédia escocesa. Quanto à enciclopédia brasileira, como se trata de volume único, não precisamos fazer esse recorte.

Essas condições imediatas de produção, e breve explicação sobre o funcionamento dessas enciclopédias, incidem no modo como os sentidos se formulam nelas. A começar pelo título: uma apresenta a polissemia do adjetivo “popular” (a *Encyclopedia popular*), podendo ser interpretado como “do povo”, “para o povo”, “sobre o povo”. A outra, a *Chamber’s*, já dilui um pouco dessa polissemia: ela

é “for the people”, para o povo. Um povo no singular, mas que vai se mostrar imaginariamente bem plural quando incorreremos na análise das sequências.

Essa seleção de enciclopédias respeita a noção de arquivo, conforme formulada por Pêcheux (1994, p. 57), como “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”. As enciclopédias em questão nos interessam porque registram, em seus títulos, serem voltadas/produzidas/imaginadas levando em conta o *povo* e o *popular*. Isso já as torna pertinentes, e sua acessibilidade, no século XXI, por meio eletrônico, as põe como disponíveis. É por isso que elas compõem o arquivo aqui esboçado.

O trabalho investigativo, com a noção de arquivo, não se restringe aos aspectos linguístico-textuais, mas exige um batimento, por exemplo, com a ciência da história. Ainda segundo Pêcheux (1994, p. 55), “as aporias de uma semântica puramente intralinguística (ou de uma pragmática insensível às particularidades da língua), e as reflexões sobre a especificidade do arquivo textual, levam a pensar que uma pesquisa multidisciplinar é indispensável para um acesso realmente fecundo”. No caso do arquivo aqui trabalhado, a já apontada reflexão sobre a diferença entre os discursos político e enciclopédico, bem como os apontamentos que faremos sobre o funcionamento próprio de formações sociais, mostram essa imprescindibilidade da pesquisa multidisciplinar. Ao final do século XIX, o discurso enciclopédico sobre o povo significa a estratificação social (e intelectual) de sociedades que, em breve, acelerarão seu processo de consolidação do sistema capitalista internacional e baseado no colonialismo, como o Brasil. Por outro lado, em sociedades com longa tradição monárquica e já em avançado estágio capitalista no século XIX, como a Escócia, falar de povo, como veremos, é dividir a sociedade entre aqueles que são “comuns” e aqueles que estão em patamares mais elevados: aristocratas.

O trabalho com o arquivo delineado à frente nos permitirá dar elementos para as imagens de *povo* nessas condições de produção. A noção de imagem, nas formações imaginárias (Pêcheux, 1990), está igualmente presente neste artigo, de modo a dar conta de como os referentes discursivos vão sendo significados no processo de interlocução: no dizer, vão se produzindo imagens sobre eles, e essas imagens sustentam, por exemplo, posições de classe nas formações sociais.

As sequências discursivas

“Europa § E’ a mais pequena das cinco grandes divisões do mundo, mas a de maior população relativa e sem duvida **a mais adiantada em** commercio, industria, artes, sciencias, **em tudo, n’uma palavra, quando constitue o progresso e a civilização dos povos**”. (Veiga, 1879, p. 13; grifos nossos)

Ainda que fugindo ao escopo do dispositivo de análise que apresentamos à frente – por não apresentar adjetivação –, decidimos apresentar o recorte acima, que já dá o tom das sequências que serão discutidas a partir de agora. Não é nenhuma novidade a circulação de discursos eurocêntricos nas Américas do século XIX, e isso é visto numa enciclopédia brasileira do final desse século. Há um recorte de classe quando se fala de “povo”, notadamente quando ele é adjetivado. Embora não esteja adjetivado acima, “povo”, flexionado no plural, retoma “Europa”, que seria a referência superlativa absoluta de progresso e civilização entre todos os povos. Assim, uma *Encyclopedia popular*, apesar de

voltada a um imaginário de leitor popular da pátria brasileira – “Sendo este livro particularmente destinado á leitura de nossos concidadãos, julgámos dever tratar nelle mais detidamente das cousas e dos homens de nossa terra” (Veiga, 1879, p. VII; grifos nossos) –, produz imagens sobre um povo que se deve ter como patamar superior, como exemplo. Esses breves comentários já adiantam nossa análise.

Da escocesa *Chambers’s Encyclopaedia* e da brasileira *Encyclopedia popular*, montamos um arquivo discursivo com as sequências discursivas selecionadas a partir da busca on-line da Fundação Biblioteca Nacional (Brasil: Biblioteca Nacional Digital) e da University of California Libraries (EUA: Internet Archive, uma ferramenta que concentra diferentes arquivos na internet). O dispositivo consistiu em realizar recortes das ocorrências dos substantivos “povo” e “people” em interação com adjetivos. Encontramos uma interação expressiva com os adjetivos “culto”, “common”, “miserable” e flexões. Focamos em sintagmas nominais assim formados.

Iniciaremos nossa apresentação com as sequências discursivas da *Encyclopedia popular*. Os grifos são nossos, marcando as ocorrências do substantivo adjetivado:

Tabela 1: oito ocorrências de “povos cultos” (plural), nenhuma ocorrência de “povo culto” (singular) / eight occurrences of “povos cultos” (plural), none occurrence of “povo culto” (singular)

| | | |
|----|--|---|
| S1 | 18:BR:“Republica Franceza” p. 14. ⁴ | Sob o ponto de vista de civilização, a França que, politicamente occupou já o primeiro lugar entre as grandes potências da Europa, é ainda uma das nações de primeira ordem no mundo. Sua feliz situação geographica, suas gloriosas tradições militares, o character emprehendedor e industrioso de seu povo e a iniciativa que ella toma sempre em todos os nobres e fecundos commettimêntos do trabalho, do commercio, da litteratura, das sciencias e das artes, dão-lhe lugar de honra entre os povos cultos do universo. |
| S2 | 18:BR:“Litteratura” p. 246 | Todavia, mais ainda do que a dos outros povos cultos da Europa, a litteratura portugueza tinha então existência desalentada. |
| S3 | 18:BR:“Legislação” p. 285 | a lei mosaica é a lei natural escripta, e como tal não pode deixar de fornecer, como tem fornecido, elementos e bases preciosas para as legislações dos povos cultos . |
| S4 | 18:BR:“Legislação” p. 286 | A declaração dos direitos do homem, a propagação, por todos os meios, dos princípios democráticos, o elogio do regimen adoptado na Inglaterra, com grandes vantagens da ordem e da liberdade, acabarão por triumphar, assignalando ao governo dos povos cultos uma nova senda, a que só era licito fugir, arrostando grandes perigos e aceitando uma luta cruenta e inglória. |

⁴ A notação utilizada, instrumental típico da Linguística de Corpus, pode ser interpretada da seguinte forma: 18 significa o prefixo do século (1800), BR representa a nacionalidade da sequência (Brasil), “Republica Franceza” — o elemento entre aspas — indica a seção donde foi extraída a sequência e p. 14, a página. No caso da enciclopédia Chamber’s, o elemento entre aspas indicará o verbete donde a sequência foi extraída. Essa notação será utilizada na apresentação de todas as sequências extraídas de enciclopédias à frente.

| | | |
|----|----------------------------------|--|
| S5 | 18:BR:“Economia Política” p. 351 | As legislações dos povos cultos varião igualmente á este respeito, dominando entre nós o principio de que ao Estado pertencem as riquezas mineraes, e mesmo os proprietários do sólo dependem de concessão do governo para explorarem as minas que elle contenha. |
| S6 | 18:BR:“Estatística” p. 364 | A utilidade da estatística é hoje reconhecida por todos os povos cultos . Se póde medir o gráo de civilização de um povo pelo aperfeiçoamento de sua estatística. |
| S7 | 18:BR:“Typografia” p. 378 | Todas as grandes ideias, assim como as mais preciosas verdades devem á imprensa sua propagação e sua força. Milhares de homens devem-lhe sua gloria, e a maioria dos povos cultos a liberdade e as garantias de que gosão. |

Notamos, através dessas ocorrências, que “povos cultos” opõe-se a “povos ø”. Não há composicionalidade semântica em sintagmas do tipo “povo + adjetivo”, porque “povo” vai tendo seus sentidos deslocados a cada interação adjetiva. Os “povos cultos” são considerados dotados de conhecimento como *as ciências, trabalho, o comércio, as artes* (S1), *a literatura* (S1 e S2), *a declaração de direitos humanos, a liberdade* (S4), *as legislações* (S5), *a estatística* (S6), *a imprensa e as garantias* (S7). A partir destas sequências discursivas, notamos que esses “povos” são reconhecidos por serem muitíssimo informados e superinteligentes. Em S1 vemos também que a única nacionalidade mencionada é a francesa, marcando o próprio funcionamento das formações sociais que já demonstramos na abertura desta seção: o europeu – e não qualquer europeu, mais especificamente o europeu francês – é elevado a patamar de paradigma cultural, o predicando assim como povo culto. É marcada, na mesma sequência, a relação entre cultura e civilização. Já em S7 a imprensa é significada como responsável por toda esta “ascensão” de que gozariam os “povos cultos”.

Tabela 2: uma ocorrência de “povos mais cultos” / one occurrence of “povos mais cultos”

| | | |
|----|----------------------------|---|
| S8 | 18:BR:“Litteratura” p. 249 | Depois da independencia nacional, e sem embargo da <i>serêia politica</i> que tem sedusido numerosas e soberanas vocações literárias brazileiras, pode-se também citar numero considerável de talentos, alguns dos quaes poderião com vantagem figurar na galeria litteraria dos povos mais cultos . |
|----|----------------------------|---|

Em vez de “povos cultos”, temos aqui materializada a forma “povos mais cultos”: o advérbio de intensidade “mais” explicita o grau superlativo – se interpretarmos que se trata de um elencar dos povos mais cultos [do mundo/entre todos os povos] – e/ou o grau comparativo de superioridade – se interpretarmos que se trata de uma comparação entre alguns povos mais cultos [do que o Brasil]. Independentemente, os dois efeitos são provocados, pois se diz em S8 que alguns talentos brasileiros poderiam com “vantagem figurar na galeria litteraria dos povos mais cultos”. Como se o que fosse lido e escrito pelos “povos mais cultos” divergisse qualitativamente do que é lido e escrito pelo “povo

popular” – ou pelo “povo ø” –, e como se houvesse uma relação de propriedade privada das galerias literárias. Além disso, estabelece-se uma cisão entre ø, *culto* e *mais culto*. Talvez até mesmo uma gradação. Reflitamos além: até que ponto não se estabelece deitivamente uma relação desse “mais culto” com uma exterioridade de leitura da enciclopédia? Se ela é uma enciclopédia popular, esse “mais culto” aponta para fora, negando a cultura de quem lê. Negando que esse sujeito seja enquadrado entre os mais cultos, mas sem precisar explicitar isso linguisticamente. Mas materializa-se discursivamente. É marcada uma ideologia de déficit (Mariani, 2004), típica de colonização linguística, para com o brasileiro, alegando-se que o europeu é superior intelectualmente. Não é à toa que há, na sequência, uma oposição entre a *vocação literária* e a *sereia política*, que seria capaz de seduzir escritores em potencial. Há um discurso implícito, aí, sobre a própria atuação de um escritor: a ele não cabe se envolver com política, mas apenas ser enquadrado pelos padrões literários dos povos ditos mais cultos. Nessa imagem, a produção literária, embora não exclusiva desses povos mais cultos, será balizada por eles. A nem todos a literatura seria dada, portanto.

Fizemos também um levantamento de possíveis antônimos do adjetivo *culto*, como veremos à frente. Os resultados na *Encyclopedia popular* foram os seguintes:

Nenhuma ocorrência de “povo(s)” *analfabeto(s), iletrado(s), inculto(s), ignorante(s), rústico(s), simples, leigo(s), desinformado(s), desculto(s), desconhecedor(es), insciente(s), íncio(s), insipiente(s), indouto(s)*

Na *Encyclopedia popular*, muito se diz sobre povos cultos, mas não há materialização linguística do oposto lexical desse adjetivo. Ou os conhecimentos que circulam em povos tidos como “não cultos” não importam ou se considera que esses povos não possuem conhecimentos. A representação gráfica “povo ø”, que apresentamos para mostrar a não marcação adjetiva, mais parece mesmo uma metáfora para a imagem intelectual produzida dele: um povo zero, nulo.

Agora partimos para os recortes com sequências discursivas da *Chambers’s Encyclopaedia*,⁵ na qual encontramos uma recorrência da interação entre o substantivo “people” e o adjetivo “common”:

Tabela 3: cinco ocorrências de “common people” / five occurrences of “common people”

| | | |
|-----------------|--------------------------|---|
| S9 ⁶ | 18:U.K:“ACHILLE’A” p. 29 | Ambas folhas e as flores são usadas na medicina como um poderoso estimulante e tônico. As folhas eram muito usadas outrora para cicatrizar feridas e continuam sendo usadas pelo povo comum nas Terras Altas da Escócia e em algumas partes do continente. O suco espremido é um medicamento de primavera popular na Alemanha. |
|-----------------|--------------------------|---|

⁵ Todas as traduções das sequências dessa enciclopédia foram feitas pela autora Jessica Siqueira Alvarenga.

⁶ No original: Both leaves and flowers are used in medicine as a powerful stimulant and tonic. The leaves were formerly much used for healing wounds, and are still so employed by the common people in the Highlands of Scotland and in some parts of the continent. The expressed juice is a popular spring medicine in Germany. (Chambers, 1871, p. 29)

| | | |
|-------------------|---|---|
| S10 ⁷ | 18:U.K:“A’NGLES “p. 255 | A língua e maneira alemãs foram introduzidas mais tarde por imigrantes nobres de Holstein, e prevaleceram sobre as classes mais elevadas; mas até o tempo de Christian VI, o dinamarquês era ainda a língua mais falada entre o povo comum . |
| S11 ⁸ | 18:U.K:“A’VA, AUVA, YAVA, or KAVA” p. 579 | O uso habitual da <i>ava</i> causa uma descamação esbranquiçada na pele, que entre os Taitianos pagãos era considerada um emblema da nobreza. O povo comum não obtinha os meios de indulgência necessários para produzi-la. |
| S12 ⁹ | 18:U.K:“BARTON, Elizabeth” p. 721 | Sob as instruções dele, ela desempenhou seu papel tão bem que não só o povo comum , mas mesmo os homens de inteligência e educação como Sir Thomas More e Barham o arcebispo de Canterbury, foram enganados por ela. |
| S13 ¹⁰ | 18:U.K:“BEARBAIT-ING.”p.755 | Em diferentes países, os ursos eram anteriormente feitos como objetos de esporte cruel, sendo farejados por cães. Na Inglaterra, B. [BEAR BAITING] ¹¹ era uma das diversões estabelecidas, não só entre o povo comum , mas entre os nobres, e até mesmo a própria realeza; é relatado que a rainha Elizabeth não considerou esta diversão inconveniente a ponto de uma pessoa de seu sexo ou posição não participar desses entretenimentos rudes. |

O adjetivo “common” poderia provocar efeitos de sentido de integridade de um povo em geral, toda uma comunidade pública que compartilha interesses em comum: *common people*, povo comum. Como a enciclopédia já marca “people” em seu título – *Chambers’s Encyclopaedia: a Dictionary of Universal Knowledge for the People* –, decidimos analisar essa regularidade da adjetivação de “people”: o adjetivo poderia provocar efeitos de generalização, de irmanação, presentes em discursividades até hoje, como na designação Commonwealth. O que encontramos em *common*, entretanto, não foi uma generalidade do povo, mas uma oposição a “culto”, com os efeitos de sentido de medíocre ou inferior, como veremos a seguir.

⁷ No original: The German language and manners were afterwards introduced by immigrant nobles from Holstein, and prevailed among the higher classes; but to the time of Christian VI, the Danish was still generally spoken by the common people. (Chambers, 1871, p. 255)

⁸ No original: The habitual use of *ava* causes a whitish scurf on the skin, which, among the heathen Tahitians, was reckoned a badge of nobility, the common people not having the means of indulgence requisite to produce it. (Chambers, 1871, p. 579)

⁹ No original: Under his directions, she played her part so well that not only the common people, but even men of intellect and education like Sir Thomas More and Barham the archbishop of Canterbury, were deceived by her. (Chambers, 1871, p. 721)

¹⁰ No original: In different countries, bears were formerly made objects of cruel sport, by being baited with dogs. In England, B. was one of the established amusements, not only among the common people, but among nobles, and even royalty itself; it is related that Queen Elizabeth did not consider it unbefitting her sex or rank to attend these rude entertainments. (Chambers, 1871, p. 755)

¹¹ Observemos aqui o uso da consoante “B.”, evitando a repetição do verbete “BEAR BAITING”, um funcionamento textual típico de instrumentos linguísticos como dicionários e enciclopédias.

Antes de deslinearizarmos as sequências discursivas apresentadas acima, vejamos a definição de “common man”, comentada por Foerster numa de suas histórias da literatura do mundo anglófono e, principalmente, dos Estados Unidos da América:

O homem comum. Com Whitman, chegamos a mais um objeto de entusiasmo romântico: o homem comum. Ele é o homem natural e terreno. Tudo, diz Whitman, “sai da terra — tudo sai do povo, do povo do dia a dia, do povo como você os encontra e os deixa: não o povo da universidade, nem o povo das FFV [First Families of Virginia: Primeiras Famílias da Virgínia]”. O povo, sim, o povo — isso foi o grito do mundo moderno desde o século XVIII. (Foerster, 1962, p. 75; tradução nossa)¹²

Podemos notar que em Foerster (1962) se dá valor ao “homem comum”, sobretudo quando se menciona que tudo parte dele. E se relaciona “common man” a “[everyday] people”, opondo-se, a essas duas materializações linguísticas do sujeito do cotidiano, duas outras formas que, por sua vez, surgem em paralelo na textualidade: “university people” e “F.F.V. people”. Uma oposição que coloca em jogo a educação formal, ao se mencionar a universidade, e também a classe e o estatuto social, quando se fala das Primeiras Famílias da Virgínia (um modo de designar as pessoas aristocráticas e ricas da ocupação da então colônia estadunidense da Virgínia). Trata-se de um discurso que valoriza certo povo e coloca em cena um outro povo, numa relação binária. Essas palavras de Foerster (1962), que talvez tenha sido um dos maiores nomes do Novo Humanismo (categorizada como uma corrente crítica das ciências da literatura), nos são importantes para conhecermos alguns dos sentidos em circulação sobre esse adjetivo “common”, bem como para pensarmos nas distintas formas de significar *povo*, dando continuidade à nossa análise iniciada pela *Encyclopedia popular*.

A *Chambers's* significa o “homem/povo comum” de forma inferiorizada em relação a outros povos, mesmo que isso não seja imediatamente apreensível. Vejamos por quê: “common people” (povo comum) acaba por produzir efeitos de contraste para com outros povos, outras populações, outros sujeitos. Falar de povo, assim, é significar também os sujeitos que vão sendo imaginariamente inseridos, identificados nesse povo. Notamos, de S11 a S13, que há sempre um contraste marcado entre *povo x* e *povo comum*. Verificamos nestas sequências discursivas que o que pertence ao “povo comum”, na maioria das vezes, não pertence, por exemplo, à realeza, e vice-versa, promovendo um efeito de sentido depreciativo quanto à camada social mais baixa. Isso é explícito e claro nos recortes a seguir, em que uma língua, uma maneira e uma característica estética de pele, do corpo, são atribuídas à nobreza:

S10 [retomada]: “A língua e maneira alemãs foram introduzidas mais tarde por **imigrantes nobres** de Holstein, e prevaleceram sobre as **classes mais elevadas**; mas no tempo de Christian VI, o dinamarquês era ainda a língua mais falada entre o **povo comum**”

¹² No original: “The Common Man. With Whitman we come to one more object of romantic enthusiasm: the common man. He is the natural, earthy man. Everything says Whitman, “comes out of the dirt – everything comes out of the people, the everyday people, the people as you find them and leave them: not university people, not F.F.V. people.” The people, yes the people – this has been the cry of the modern world ever since the eighteenth century.”

S11 [extrato]: “era considerada um **emblema da nobreza**. O **povo comum** não obtinha os meios de indulgência necessários para produzi-la”

Em S9, notamos a aparição do significante “popular” relacionado à fama e ao grande uso de um medicamento. Este recorte trata de folhas e plantas que eram utilizadas como forma de remédio pelo “povo comum” relacionando-se a ele anafóricamente. A locução verbal “continuam sendo usadas”, acompanhada de “pelo povo comum nas Terras Altas da Escócia e em algumas partes do continente” provoca efeitos de que esse medicamento popular foi substituído por outro(s) fora das Terras Altas da Escócia e de outras partes do continente, e de que há um atraso na continuidade do uso, sobretudo por textualmente se materializar logo antes que “As folhas **eram muito usadas outrora**”. Há, portanto, uma ruptura temporal e geográfica que separa “povo comum” de outros povos. Nesse caso, provoca-se o efeito de sentido de que ele é estanque espacialmente e atrasado.

Compilamos, na Tabela 4, as observações das sequências discursivas trabalhadas na Tabela 3, onde identificamos algumas retomadas textuais de “povo comum” (ou antecedentes desse sintagma nominal):

Tabela 4: Oposições e marcas linguísticas: povo comum x realeza, aristocracia, modernidade, educação etc. / Oppositions and linguistic marks: common people x royalty, aristocracy, modernity, education etc.

| Oposições e marcas linguísticas: povo comum x realeza, aristocracia, modernidade, educação etc. | | | |
|--|--|---|---|
| Sequência | Retomadas/antecedentes de “povo comum” | Oposto ao povo comum | Marcas linguísticas de oposição |
| S9 | Terras Altas da Escócia e em algumas partes do continente; popular na Alemanha | Sujeito fora das Terras Altas da Escócia e na maior parte do continente; fora da Alemanha | Pretérito imperfeito e advérbio de tempo: “eram muito usadas outrora” [were formerly much used] x locução verbal “continuam sendo usadas” [are still so employed] Efeito: atraso |
| S10 | dinamarquês | língua e maneira alemãs; imigrantes nobres de Holstein; classes mais elevadas | Ponto e vírgula e conjunção adversativa “mas”: ; mas até o tempo de Christian VI [; but to the time of Christian VI] Efeito: contraste entre alemão e dinamarquês |
| S11 | [Não há relação anafórica ou catafórica] | Taitianos pagãos; emblema da nobreza | Há um ponto [.] separando as duas sentenças que opõe negativamente a nobreza composta pelos taitianos ditos pagãos e o povo comum Efeito: o homem comum não ser da nobreza |

| | | | |
|-----|--|---|---|
| S12 | [Não há relação anafórica ou catafórica] | homens de inteligência e educação como Sir Thomas More e Barham o arcebispo de Canterbury | Adição contrastiva: “não só (...) mas”; qualificação do sujeito não pertencente ao “povo comum” como “de inteligência e educação” Efeito: o povo comum não ter inteligência nem educação |
| S13 | [Não há relação anafórica ou catafórica] | Nobres, realeza, sexo [feminino], posição [aristocrática] | Adição contrastiva: “não só (...) mas”; adjetivação de esporte associado ao “povo comum” como “cruel”, um “entretenimento rude” Efeito: realce do “povo comum” como classe associada principalmente a tais práticas tidas como cruéis e rudes, mas também não exclusividade |

Analisando as oposições e efeitos construídos entre esses “povos” diacrítica, sintática, enunciativa e lexicalmente, podemos perceber o uso repetido da conjunção coordenativa “mas” e da locução aditiva “não só” tornando visível a forma como o “povo comum” é colocado como referência em práticas desviantes das condutas sociais esperadas. O “não povo comum” é caracterizado como um sujeito do progresso, inteligente e educado. Ser ludibriado, como demonstrado na S12, ou cometer ato cruel, como visto na S13, é discursivizado como algo pertinente e esperado apenas do “povo comum”, que é significado como atrasado, não educado, não inteligente e violento.

Conforme mencionado anteriormente, em S12 e S13 observamos ações que eram coincidentes tanto para os nobres quanto para o “povo comum”. Entretanto, quando havia ações como as mencionadas, o espanto se instaurava, como vemos a seguir num recorte da S12: “ela desempenhou seu papel tão bem que não só o **povo comum**, mas mesmo os homens de inteligência e educação como Sir Thomas More e Barham o arcebispo de Canterbury, foram enganados por ela”. Em vez de uma marcação que trate de oposições intelectuais (por exemplo, “homens ignorantes” x “homens de inteligência e educação”), o que surge é uma oposição entre classe e intelectualidade, em que “povo comum” é colocado numa ponta, enquanto do outro lado não se diz de uma categoria social, mas intelectual.

Já na S13 observamos o uso de “not only” antecipando a conjunção adversativa “but”, que adiciona e contrasta um outro povo. Além disso, há o uso da expressão “and even”, enfatizando e acrescentando uma última comparação. Esta construção provoca o efeito de marcar fortemente os diferentes povos que praticavam o *bear-baiting*, um tipo de rinha com ursos.

Baseando-se nessas análises e compreendendo que “povo comum” regularmente não é significado como da realeza, e vice-versa, vimos nessas sequências discursivas a instauração de um efeito de preconceito muito mais explicitamente que nos recortes da enciclopédia anterior. Ainda encontramos, agora significado de modo marcadamente classista, “miserable people” na enciclopédia. Entretanto, nenhuma ocorrência de “noble people” foi percebida.

Assim, a *Chamber's* chama de “povo” apenas os indivíduos de classe social mais baixa, as pessoas sem poder, e as associa à escassez de conhecimentos e inteligência. Porém, a diferença social e cultural entre a “realeza”, “nobreza” e “povo comum”, na *Chamber's*, fica explicitada tanto quanto a diferença entre “povo culto” e “popular” na *Encyclopedia Popular*. Na formação social brasileira, a diferença entre classes sociais também vai se marcando no vazio, na não adjetivação.

Fique registrado aqui que, mesmo tendo mencionado o discurso eurocêntrico na enciclopédia brasileira do XIX (notadamente quando se trata do referencial discursivo de cultura e civilização), no discurso enciclopédico europeu veiculado na *Chamber's* também há um recorte e uma divisão de classe. Se um impresso numa nação colonizada se significa colocando como patamar a(s) metrópole(s), o que faz um impresso numa metrópole? Até onde podemos responder, silencia a existência dos povos colonizados (mesmo se dizendo “universal” desde o título) e divide as populações que significa, também elegendo um patamar de cultura e de civilização que não corresponde àquilo que vimos sendo chamado de “povo comum”, mas com um seu oposto. Esses processos não se restringem às enciclopédias. As discursividades que significam o “povo” circulam e se estendem a outros objetos de saber, como os dicionários. E também vão compondo um imaginário de povo que incide sobre o modo como as próprias enciclopédias são escritas, ou sobre o modo como se imagina que são escritas.

A facilitação de leitura em enciclopédias escritas para o “povo”

Tratemos agora da forma como essas enciclopédias são escritas, constituindo um público-alvo imaginário popular. Observaremos como é construído um texto dito para o “povo”, “popular”, diante dos significados que já vimos que são atribuídos a esses referentes discursivos. Para isto, analisaremos os aparatos introdutórios das duas enciclopédias trabalhadas. Interrogamo-los por meio de três questões, que nos levam às imagens produzidas: (a) para quem escrevem imaginariamente?; (b) como imaginam escrever?; (c) por que imaginam escrever? Inicialmente, a *Encyclopedia popular*:

Prefácio [...]

Fructo modesto de despretençioso labor, o livro que ora sabe á luz da publicidade não se destina aos doutos. [...] Como seu titulo indica, a Encyclopedia Popular, simples collecção de leituras uteis e variadas, destina-se ás classes sociaes — agricultores, negociantes, artistas, etc., — á quem nas lides quotidianas do múltiplas tarefas não sobra tempo para manusear bibliothecas, nem sobejão recursos para adquiril-as, caros como são entre nós os livros, si bem que, infelizmente, não seja isto determinado pela lei economica da offerta e da procura. [...] Sentíamos ha muito que entre tantas publicações interessantes o valiosas, com que escriptores distinctos têm enriquecido as lettras patrias, nenhuma tivesse por objecto compendiar num só livro, para leitura do **povo**, noticias e conhecimentos uteis esparsos em numerosos volumes, em maxima parte escriptos em lingua estrangeira, o que mais dificulta ainda sua consulta ou estudo. Nasceu d’ahi o desejo de, imperfeitamente embora, preenchermos essa sensível lacuna, no interesse de nossos concidadãos illetrados, organisando com os meios’ apoucados de que dispomos a primeira encyclopedia popular editada no Brazil. (Veiga, 1879, p. 5)

A *Encyclopedia popular* “Fructo modesto de despretençioso labor”, nada pretenciosa, “não se destina aos doutos”, dispondo-se assim, aos trabalhadores, que não têm tempo, nem o nível de conheci-

mento julgado necessário para ler textos científicos. Por esta razão, o foco desta enciclopédia é facilitar a leitura e compilar o conhecimento útil e variado em apenas um volume. Outra informação importante, em relação à escrita desta *Encyclopedia*, é a afirmação de que o uso de língua estrangeira feito nas demais enciclopédias é de difícil entendimento, ao “popular”, excluindo-o da mesma, prevendo mais uma vez a facilitação de leitura. Até aqui, dois efeitos, portanto, de facilitação da leitura: o tamanho da enciclopédia e o uso de língua vernácula.

Lembremos que, em 1870 no Brasil, pouco antes da publicação dessa enciclopédia, o Estado Imperial investia fortemente na educação voltada ao “popular”, ao “povo”, ao “pobre”:

Referindo-se ao contexto da Corte, Schüller (2001, p. 170) afirma que o Estado imperial relacionava instrução primária à instrução popular. A autora demonstra que, a partir de 1870, a Corte investiu sistematicamente na escolarização da população pobre, tendo em vista um projeto de ordenação que: “[...] pretendia reutilizar as políticas de controle social, utilizando, além das antigas práticas jurídico-policiais, a instrução e a educação popular, às quais então se atribuía uma capacidade poderosa de regenerar e moralizar a sociedade. (Soares, 2007, p. 127)

Tomamos ciência com isso de que o Estado tinha o objetivo de “regenerar e moralizar a sociedade”. Mas trata-se de regenerar – fazer renascer – e moralizar a sociedade como um todo? Ou o povo, o pobre, o popular? Notamos também que a *Encyclopedia popular* incorpora aos conhecimentos úteis que divulga a cultura do povo dito culto, querendo talvez torná-la disponível aos leitores.

A seguir, a nota introdutória da *Chamber’s*:

Notice [...]

Passados agora consideravelmente mais do que cem anos desde que Ephraim Chambers deu ao mundo sua *Cycloepedia* ou *Dicionário Universal do conhecimento* – o protótipo, como provou ser, de numerosos trabalhos parecidos na Grã-Bretanha como nos outros países, que devem ter contribuído em grande medida para ampliar a inteligência geral. [...] A principal verve do trabalho, agora, bem mais avançado, é indicada pelo título – Um Dicionário de Conhecimento Universal para o **Povo**. Os diversos tópicos não são tratados segundo a visão de instrução técnica daqueles que precisam fazer um estudo especial de ramos do conhecimento particular ou das artes. A informação dada pode ser considerada como não profissional, abrangendo pontos de vários assuntos que todo homem ou mulher inteligente pode ter tido a chance de falar ou pensar um dia. Ao mesmo tempo, faz-se todo o esforço para que as afirmações, na medida do possível, sejam precisas e cientificamente corretas. Um grande objetivo na organização do trabalho foi facilitar a consulta. (Chambers, 1871, p. 11-12, grifo nosso)¹³

A *Chambers’s Encyclopaedia* é construída com verbetes em ordem alfabética e é destinada ao

¹³ No original: It is now considerably more than a hundred years since Ephraim Chambers gave to the world his Cycloepedia or Universal Dictionary of Knowledge—the prototype, as it proved to be, of a number of similar works in Britain as well as in other countries, which must have contributed in no small measure to increase the sum of general intelligence. [...] The general character of the work, now thus far advanced, is indicated by its title—A Dictionary of Universal Knowledge for the People. The several topics are not handled with a view to the technical instruction of those who have to make a special study of particular branches of knowledge or art. The information given may be characterised as non-professional, embracing those points of the several subjects which every intelligent man or woman may have occasion to speak or think about. At the same time, every effort is made that the statements, so far as they go, shall be precise and scientifically accurate. One great aim in the arrangement of the work has been to render it easy of consultation. (Chambers, W & R, 1871, p. 11-12)

“povo”. É mencionado que seus tópicos, em sua maioria, não apresentam visão técnica (científica), ou seja, sua forma imaginária de escrita, assim como na *Encyclopedia popular*, é simplificada, devido ao leitor que ambas supostamente desejam alcançar, ao leitor inscrito, à imagem de leitor.

Vemos presente neste discurso a encenação da ciência: “Ao mesmo tempo, faz-se todo o esforço para que as afirmações, na medida do possível, sejam precisas e cientificamente corretas.” Assume-se que “faz-se todo o esforço” para que tudo na enciclopédia seja cientificamente correto, não deixando espaço para falhas, sendo este o maior objetivo desse livro. Mas a enciclopédia explicita também um efeito de facilitação da leitura: “Um grande objetivo na organização do trabalho foi facilitar a consulta”. Se o público-alvo imaginário é tão inteligente – composto inclusive por todo homem ou mulher inteligente –, por que seria necessário facilitar esta consulta? Por que seria necessário evitar uma escrita técnica? E mais: é possível manter a precisão e a correção científicas facilitando a consulta? Fala-se do lugar da ciência, da divulgação científica, de quê? Tratando do surgimento do livro de divulgação científica para crianças, Baalbaki (2010, p. 46) afirma que ele

[...] também é situado face a outro pólo da edição infantil: o manual escolar – que teve seu crescimento atrelado, ao longo do século, às leis escolares e à regularização de programas. Malet (2002) comenta que no final do século XVII aparecem, na Europa, os primeiros livros didáticos pensados para crianças. São livros com margens amplas, páginas pequenas, letras grandes, desenhos, vocabulário e gramática simplificados.

A partir disso, podemos afirmar que, quando se escreve um texto que se quer didático, já se interroga a inteligência de seu público: ou se imagina um leitor ignorante, incapaz de aprender, ou se o infantiliza, como se se tratasse de uma tela em branco. Não estamos criticando essa imagem, mas constatando. E não estamos falando de inteligência como um valor imutável, mas como uma noção simbólica. Em ambas as enciclopédias cujas sequências analisamos aqui, é visível a diferença que elas estabelecem entre a imagem de uma língua culta (destinada aos cultos, científica, artística, técnica) e de uma língua popular (para o “povo”, pobre, ignorante, fácil). Sentidos sobre povo que retumbam nos dicionários.

“People” e “Povo” em dicionários contemporâneos

Segundo Nunes (2002, p. 102), “o saber lexicográfico resulta de um longo processo de instrumentação, cuja origem não está em um acontecimento isolado, mas em uma série de fatos inter-relacionados”. Consideramos que, assim como a discursivização de determinado objeto discursivo nas enciclopédias é um sintoma material de uma sua significação por uma ideologia em forte circulação, é também um dos fatos inter-relacionados que competem para que o saber sobre esse objeto discursivo venha a ser impresso em instrumentos que registram conhecimentos metalinguísticos, como o dicionário. Há, portanto, entre enciclopédia e dicionário, uma tradução do saber das/sobre as coisas ao saber da/sobre a língua. Levando isso em consideração, saímos neste momento do século XIX e caminhamos para o século XXI, com o objetivo de verificarmos como os itens lexicais “povo” e “people” estão

sendo significados em um dicionário brasileiro e em um dicionário britânico, ambos de amplo acesso: o *Dicionário Aurélio* e o *Cambridge Dictionary Online*.

O *Dicionário Aurélio* (Ferreira, 2001) apresenta cinco definições do verbete “povo”. A primeira é apresentada como “um conjunto de indivíduos que falam (em regra) a mesma língua, têm costumes e hábitos idênticos, uma história e tradições comuns” (Ferreira, 2001, p. 549). Já a quinta e última definição é apresentada da seguinte maneira: “plebe” (Ferreira, 2001, p. 549). Iniciando pela primeira definição – que, no discurso lexicográfico, funciona como a mais próxima possível de um efeito de sentido literal –, vemos uma série de qualificações:

- falar (**em regra**)
- a **mesma** língua
- costumes e hábitos **idênticos**
- história e tradições **comuns**

Essa definição de “povo” provoca o efeito de *mesmidade, identidade, comunidade* (substantivos derivados dos adjetivos negritados acima). Entretanto, há um equívoco nesse conceito que é denunciado na própria definição dicionarística: o verbo *falar* é qualificado com um “em regra”, em parênteses. Trata-se, então, de um caráter lacunar do dicionário. Um povo fala, em regra, a mesma língua. E, distribuindo o “em regra” – extrapolando seu lugar sintático –, têm, em regra, costumes e hábitos idênticos e história e tradições comuns. Ou seja: igualam-se os não idênticos, e a não identidade é, *sem querer querendo*, prevista na definição por meio de uma glosa, que evoca sentidos outros.

Podemos notar que “plebe”, a última definição, surge em último plano e materializada em apenas uma palavra. Sem mais explicações, sem entrar em detalhes, sem qualificações. Sem nem mesmo a formação de uma locução, de uma oração, de uma sentença. Evita-se, assim, o discurso polêmico que significa o que há de mais *popular* em *povo*. E talvez o elemento que, na palavra, cinda classes: povo, ao mesmo tempo que iguala os não idênticos numa unidade de indivíduos, significa o estrato mais baixo numa formação social, a plebe. Entretanto, não serve para significar o estrato mais alto e rico. Nesse sentido, o *Aurélio* encontra a *Encyclopedia popular*. Inscrevem-se numa mesma matriz de sentidos, numa mesma formação discursiva.

O *Cambridge Dictionary Online* (2017, p. 1) apresenta quatro definições da palavra “people”, mas, assim como no exemplo anterior, citaremos apenas duas. A primeira definição é apresentada como “usado para se referir a todos, ou, informalmente, ao grupo com quem se está conversando”¹⁴. Já quarta definição é apresentada da seguinte forma: “número extenso de homens e mulheres comuns que não têm posições de poder na sociedade”¹⁵. Assim como no *Aurélio*, há um efeito generalizante na primeira definição – apesar de se acrescentar uma informação metalinguística de que a palavra é usada em diálogos – e um recorte de classe na última. Mas o modo como isso é feito diverge. Em vez de falar de “plebe”, o dicionário britânico prefere uma sentença descritiva. Observamos, aí, mais uma vez o uso do adjetivo “comum”, em “homens e

¹⁴ No original: “used to refer to everyone, or informally to the group that you are speaking to.” (Cambridge Dictionary Online, 2017, p. 1)

¹⁵ No original: “the large number of ordinary men and women who do not have positions of power in society.” (Cambridge Dictionary Online, 2017, p. 1)

mulheres comuns”, fazendo ressoar o “povo comum”, sem posições de poder. Nas palavras de Orlandi (2003, p. 27, grifos nossos),

Povo sempre aparece, nos dicionários [...] A noção de povo, por sua vez, como diz R. Robin, nos discursos revolucionários, tem sido sempre tomada como o **contrário fantasmático da burguesia**. Nas análises que se fazem, no interior da ideologia capitalista, ou é evitado, esvaziado de seus sentidos, ou aparece de forma pejorativa – aliado ao que é **comum, ordinário, público**.

Como observado por Orlandi (2003), o nome “povo” é, na maioria das vezes, significado de modo subalterno no dicionário, o que vemos na quinta definição do *Aurélio* e na quarta do *Cambridge*. Entretanto, mesmo nessas definições, ou se usa um outro substantivo que nomeie uma classe social baixa – como *plebe* – ou se fala de ausência de “posição de poder na sociedade”, porém, dificilmente se toca em outros substantivos que nomeiam entidades vitais na formação social capitalista: dinheiro, capital, finanças, propriedade. Um efeito da *língua imaginária* dos dicionários: povo não é pobre, é plebe. Povo não é quem não tem dinheiro, é quem não tem poder.

A título de conclusão

Para concluir, trazemos à discussão o trecho de um texto de Takahashi (2006), um matemático que discorre sobre o que significaria ser culto hoje. Notamos que, além do discurso dicionarístico do século XXI que observamos mais atrás, esse discurso acadêmico, intelectual, também não rompe com o discurso enciclopédico do século XIX, materializando assim uma continuidade:

Associado a este último caso apenas, encontramos o conceito-referência de homem culto, finalmente associado a indivíduos com duas possíveis caracterizações: o indivíduo pertencente à **elite política e econômica**, e o indivíduo pertencente à **elite intelectual**. Estes indivíduos partilham das mesmas instituições, as educacionais, se diferenciando na extensão em que fazem uso das mesmas; o primeiro para adquirir formação que o habilite a exercer com competência o poder, mas ainda protegendo-se da completa absorção pela atmosfera acadêmica, o segundo levando às últimas consequências a imersão no mundo das ideias. (Takahashi, 2006, p. 141, grifos nossos)

Em Takahashi (2006), resume-se de modo exemplar a noção de homem/povo culto conforme ela foi sendo constituída nos séculos nesse parágrafo. É abordado como a educação formal serve de certa forma como uma espécie de proteção e imersão institucional. O efeito que esse discurso apresenta é de que quanto mais se está nas instituições formais, mais se conhece. E se associa cultura a classe social, ao se salientar a “classe política e econômica”. É essa a diferença dada entre “povos cultos” e “povos \emptyset ”. Uma diferença não apenas de *saber*, mas de *estar* numa classe social e numa instituição. Determinadas imagens de pessoas são pinçadas para terem dado conhecimento. E, mesmo que não aprendam, se fazem parte das elites econômicas, já são imaginadas cultas, simplesmente por terem poder e *dinheiro*. Em pleno século XXI, uma paráfrase do que vimos nas sequências discursivas do século

XIX, fazendo-nos enxergar que esse discurso que associa classe social a cultura reverbera até hoje, e dentro da academia. Não reservando ao povo seu lugar de espectro do irrealizado, mas enquadrando-o justamente no que não se realiza na classe social não ocupada, no poder inexistente, na cultura irreal.

Referências

BAALBAKI, A.C.F. 2010. *A revista ciência hoje das crianças e o discurso de divulgação científica: entre o ludicismo e a necessidade*. Niterói, RJ. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, 311 p.

CAMBRIDGE DICTIONARY ONLINE. 2017. *People*. Disponível em: www.dicionary.cambridge.org. Acesso em: 15/02/2017.

CHAMBERS, W.R. 1871. *Chambers's encyclopaedia: a dictionary of Universal Knowledge for the people*. Philadelphia, J.V. Lippincott & CO, 890 p.

ESTEVES, P.M.S. 2017. *Discurso sobre alimentação nas enciclopédias do Brasil: império e primeira república*. Niterói, EDUFF, 266 p.

FERREIRA, A.B.H. 2001. *Miniaurélio Século XXI Escolar: O minidicionário da língua Portuguesa*. 4ª ed. ampliada, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 790 p.

FOERSTER, N. 1962. *Image of america: our litterature from puritanism to the pace age*. Londres, Editora da University of Notre Dame Press, 152 p.

LIMA, M.E.A.T. 1990. *A construção discursiva do povo brasileiro: os discursos de 1º de maio de Getúlio Vargas*. 1ª ed. Campinas, Editora da Unicamp, 198 p.

MARIANI, B. 2004. *Colonização linguística: línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII)*. 1ª ed. Campinas, Pontes, 187 p.

NUNES, J.H. 2002. Dicionarização no Brasil: condições e processos. In: J.H. NUNES; M. PETTER (orgs.). *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP, p. 99-122.

ORLANDI, E. 2003. Poliszêmico. In: ORLANDI, E. (org.). *Para uma enciclopédia da cidade*. Campinas, Pontes; Labeurb/Unicamp, p. 21-64.

PÊCHEUX, M. 1990. Análise automática do discurso (AAD-69). In: F. GADET; T. HAK (orgs.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas, Editora da Unicamp, p. 61-162.

PÊCHEUX, M. 1994. Ler o arquivo hoje. In: E.P. ORLANDI (org.). *Gestos de leitura*. Campinas, Editora da Unicamp, p. 55-66.

SOARES, C. 2007. A escolarização da criança brasileira no século XIX: apontamentos para uma re-escrita. *Revista Educação em Questão*, 28(14):121-146.

TAKAHASHI, R. 2006. Ser culto hoje: paradoxo e destino. *In*: INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS TRANSDICCIPLINARES DA UFMG – IEAT, 1., 2006, Belo Horizonte. *Palestra...* Belo Horizonte, Editora da UFMG, p. 1-18.

VEIGA, B.S. (ed.). 1879. *Encyclopedia popular (leituras úteis)*. 1ª ed. Campanha, Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 761 p.

Submetido: 16/08/2018

Aceito: 08/01/2019